

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004433-59.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Arnaldo Cesar Ferreira**
 Requerido: **Saldanha & Saldanha Ltda EPP (Auto Modelo - Bosch Car Service)**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos

Arnaldo César Ferreira intentou ação de reparação por danos em face de Saldanha & Saldanha Ltda EPP, nome fantasia Auto Modelo – Bosch Car Service.

O autor possui um veículo santana ano 02/03, sendo ele levado, em 19/02/2015, para inspeção do cilindro de gás e checagem, sendo pago pelos serviços o valor de R\$558,00, com entrega do automóvel ao autor em 03/03/2015 que, em 05/03/2015, também recebeu o Certificado de Inspeção Veicular emitido pelo CEATRAN.

Como o autor percebeu que o cilindro de gás estava vazando, novamente procurou os serviços da requerida em 26/03/2015, sendo efetivados reparos no montante de R\$152,00.

O carro foi retirado em 31/03/2015 e após o autor dirigir por cerca de 5Km, o automóvel pegou fogo, com destruição do motor e capô.

Assim, faz jus à reparação dos danos ao veículo, aos lucros cessantes por utilizar o carro em seu serviço, além de danos morais, por ter o representante do requerido dito que o seu veículo seria uma "sucata".

Conciliação infrutífera (fl. 68)

Em contestação, a requerida informa que o veículo do autor possui muito uso, cerca de 392.256 Km, que o kit de gás é usado e que, portanto, não tem responsabilidade. Pediu o afastamento, também, dos danos morais e do lucro cessante.

Em reconvenção, a requerida busca o recebimento dos valores relativos ao reparo do automóvel do autor, que não foram pagos.

O autor se manifestou às fls. 119/129. Afirmou ser descabida a reconvenção e, ainda, que não autorizou os reparos.

É o relatório.

Decido.

De início, por óbvio que o pedido reconvenicional possui ligação com o objeto da inicial, vinculando-se ao reparo dos danos sofridos pelo veículo, justamente o que o autor pleiteia receber. Assim, prosseguirá a reconvenção.

Quanto ao incêndio no veículo do autor, os documentos juntados aos autos evidenciam que a requerida foi contratada para reparos no automóvel, que foram feitos em duas oportunidades.

A segunda se deu justamente por existir necessidade de nova vistoria, que foi feita, sendo que o veículo do autor se incendiou poucos quilômetros após sair de lá.

Não há necessidade de saber quais os serviços contratados, pois os documentos de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fls. 17 e 23 evidenciam estarem ligados ao kit de gás e, assim, referentes à alimentação do automóvel.

Se o veículo se incendiou poucos quilômetros após deixar a oficina, por óbvio que a manutenção foi feita de forma indevida.

Não há que se perquirir se o incêndio foi causado por problema específico do gás ou, como dito em contestação, por vazamento de etanol. Ao ser levado o carro para reparo no sistema de alimentação, era inerente ao serviço a vistoria de todo o conjunto.

Dessa forma, há nexo de causalidade entre os serviços e os danos existentes, sendo a requerida responsável pelo ressarcimento.

Quanto aos lucros cessantes, não há nenhuma prova de que o autor aufera rendimentos, muito mais com a utilização do veículo.

Como constou na decisão de fl. 68, durante a tentativa de conciliação, a parte autora informou rendimentos de R\$5.000,00 ou R\$6.000,00 todos os meses, chegando a receber R\$17.000,00 em um único mês. Assim, foram conferidos dez dias para juntada de declarações de IR, sobrevindo a petição de fls. 69/70, na qual o patrono informa que a parte é humilde e não declara IR...

Ora, tendo sido a audiência por mim presidida, questionei o autor e ele informou os rendimentos e a existência das declarações. Assim, evidente que a parte procurou se valer do acidente para receber quantia exorbitante e indevida, algo inadmissível.

O juízo teria condições de providenciar a juntada, o que não é de se proceder pois as mentiras já puderam ser identificadas.

Por infração ao artigo 17, II, do CPC, fica o autor penalizado por litigar de má-fé, no montante de 1% sobre o valor da causa.

Danos morais também inexisteram. O autor não logrou demonstrar abalos maiores do que os naturais em situações semelhantes, o que era sua obrigação. Fica afastado também esse pedido.

A reconvenção informou o conserto do automóvel e pede o recebimento da quantia.

Por óbvio que se o carro ali ficou desde o acidente, é de se presumir que o serviço foi autorizado, até porque, do contrário, deveria ter sido retirado e deixado em outro local.

Pertinente seria, então, o ressarcimento dos valores necessários para deixar o carro em condições de funcionamento.

Ocorre que como aqui se está a reconhecer a responsabilidade do requerido pelo conserto, deve o autor ficar isento de tal pagamento.

Pouco importa quanto foi gasto com o conserto do veículo, já que essa era a obrigação do requerido.

Julgo:

1) parcialmente procedentes os pedidos iniciais para reconhecer a responsabilidade do requerido pelos danos ao veículo, ficando determinada a sua devolução em estado de funcionamento e

2) improcedente a reconvenção.

O requerido arcará com as custas e despesas processuais – pela inicial e reconvenção.

Diante da sucumbência recíproca, cada parte custeará os honorários de seu patrono.

O autor, como já referido, fica condenado nas penas por litigância de má-fé.

PRIC



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 01 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**